

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Estado de São Paulo

Class.:

AM- Multinacionais

Data

05.01.79

Pg.:

10

Geógrafo condena contratos para madeira na AM

Da sucursal do RIO

"É um completo absurdo vendermos o futuro das novas gerações para pagarmos pelos erros de uma política econômica desastrosa." A afirmação é do geógrafo do IBGE e estudioso da Amazônia, Orlando Valverde, a propósito dos "contratos de risco" para exploração da madeira da região. Valverde considera que não há qualquer tipo de risco em contratos dessa natureza e indaga também se seria honesto o governo propiciar uma nova oportunidade para a devastação do patrimônio vegetal brasileiro quando, segundo ele, "já se estão financiando as empresas nacionais e estrangeiras, com recursos do Imposto de Renda, o desmatamento de grandes extensões de terras para implantação de projetos agropecuários".

Segundo ele, "enquanto nós pagamos para arrasarem as matas, o cerrado e os cerrados, o Brasil continua a ter uma população rural ativa, sem terra, muito maior do que a população total de qualquer país sul-americano, com exceção da Argentina". Defendendo uma exploração racional dos recursos naturais da Amazônia, antecedida por estudos que permitam conhecer melhor o potencial da região, Orlando Valverde considera que o que mais importa é dar ao povo brasileiro o acesso aos meios de produção, principalmente a terra. Criticando o Incra, que a seu ver só faz colonização, sem se preocupar com reforma agrária, o geógrafo elogia a preocupação da ação da Igreja Católica com relação ao problema.

Para o geógrafo, uma exploração racional dos recursos naturais da região amazônica poderia ser perfeitamente realizada, uma vez que há mais de 100 anos já existem técnicas adequadas. Antes disso, porém, afirma que é necessário estudar-se a Amazônia. "Trata-se de uma região ainda desconhecida,

que deve ser pesquisada para conhecermos sua melhor forma de aproveitamento. O Brasil tem 20% de toda a biomassa do planeta e não podemos desperdiçá-la. Essa biomassa pode produzir energia, produtos para a indústria farmacêutica, para a indústria de cosméticos, de perfumes e uma infinidade de outros aproveitamentos que ainda desconhecemos" - assegura.

Valendo-se de fotos do Landsat e de pesquisas publicadas na revista a "Amazônia Brasileira em Foco", da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, da qual faz parte, Orlando Valverde mostra que num quadrilátero compreendido entre os rios Xingu, Araguaia, das Mortes e a fronteira do Pará, os projetos agropecuários foram responsáveis pelo desmatamento de 3,8% da região, incluindo o cerrado, cerradão e mata". Embora 3,8% possam parecer insignificantes, isso corresponde a 760.359 hectares de desmatamentos na região em estudo. Dessa área total desmatada apenas 289.840 hectares se referem a projetos que recebem incentivos fiscais da Sudam, e que correspondem a 38% do desmatamento total".

Para Valverde, uma das maiores devastações, é a realizada pelo projeto Sulá - Missu. "É o pior de tudo é que as áreas que estão sendo devastadas por esses projetos na região do cerrado, nunca mais se regenerarão", acrescenta.

Para o geógrafo, no entanto, o processo de abertura política poderá impedir que a situação venha a se agravar. "A discussão desses problemas é algo que deve caber a todos e deve ser cada vez mais incitívada". A prisão de vários manifestantes que protestavam contra os contratos de risco para a Amazônia, ocorrida recentemente em Manaus, é comentada por Orlando Valverde com tristeza: "Infelizmente é assim mesmo. Quanto mais atrasadas, mais arbitrárias são as autoridades".